

4

16, 17
OUT 2012

FÓRUM

PESSOAS EM
SITUAÇÃO
DE POBREZA
EXCLUSÃO SOCIAL

AVEIRO - HOTEL IMPERIAL

CONCLUSÕES

1. ENQUADRAMENTO

Um dos problemas mais comuns e mais dramático que a sociedade portuguesa enfrenta hoje é o desemprego, que aumentou significativamente, atingindo os 15,7% em julho deste ano, enquanto o desemprego juvenil atingiu os 36,4%. De acordo com números publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) havia mais de 1,343 milhões de pessoas excluídas do mercado de trabalho, no segundo trimestre deste ano.

Outro indicador preocupante tem a ver com o número de casais em que ambos os cônjuges se encontram desempregados. Por outro lado, a taxa de desemprego de longa duração (isto é, a percentagem da força de trabalho desempregada há mais de um ano) atingiu os 8%, ou seja, mais de metade da taxa total.

O atual mercado de trabalho é caracterizado pela escassa oferta de emprego e pela oferta de emprego precário e mal remunerado, particularmente para as mulheres, jovens e pessoas com poucas qualificações, mas também para pessoas qualificadas, como jovens licenciados e com cursos profissionais.

Por outro lado, a incidência da pobreza entre os trabalhadores em Portugal é a terceira maior na União Europeia e está a crescer. Dados do Eurostat e do INE mostram que o número de trabalhadores pobres - aqueles que vivem com menos de 434 euros por mês - sofreu um aumento de quase 12% de 2009 para 2010. Em 2010, quase 31% dos trabalhadores foram considerados pobres ou em risco de o ser. Os últimos dados são de 2010, mas, desde então, o contexto financeiro e económico tem vindo a agravar-se e estima-se que este número deverá aumentar.

Neste contexto, tem-se notado um aumento da incapacidade das famílias portuguesas para lidar com os seus compromissos, e o sobre-endividamento é um dos fatores mais comuns de empobrecimento e de agravamento da pobreza nos últimos anos.

Hoje, a dívida das famílias portuguesas equivale a 95% do PIB e a cerca de 120% do seu rendimento (em 2009, atingiu-se um máximo de 130%). Ou seja, os particulares estão quase tão endividados como o Estado (dívida de 115% do PIB) e os seus rendimentos não são suficientes para saldar os seus compromissos face à banca, no futuro.

Esta situação reforça a necessidade de apostar no crescimento e no emprego a nível nacional.

Neste sentido, a EAPN Portugal pretendia, a partir do contexto atual, suscitar o debate interno e a reflexão crítica por parte dos mais vulneráveis em torno dos principais desafios levantados pela crise ao nível do mercado de trabalho e as medidas a adotar. Neste contexto, promovemos o **IV Fórum Nacional de Pessoas em Situação de Pobreza e/ou Exclusão Social**, que decorreu em Aveiro, nos dias 16 e 17 de Outubro, assinalando também o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza.

O presente documento contempla as principais conclusões apresentadas pelos porta-vozes de cada grupo de trabalho durante a Mesa Redonda do dia 17 de outubro, que contou igualmente com a presença dos representantes dos partidos políticos. Para além das conclusões de cada tema discutido deixamos também a referência às questões apresentadas por alguns participantes, que foram especificamente direcionadas aos representantes dos partidos políticos presentes e que os mesmos tiveram oportunidade

de comentar e /ou responder. Participaram nesta mesa redonda os seguintes elementos dos partidos políticos: Ilda Figueiredo (PCP); Moisés Ferreira (BE); Álvaro Bezeza (PS) e António Loureiro (CDS-PP).

2. PAINEL COM OS PORTA-VOZES DOS GRUPOS DE TRABALHO E OS REPRESENTANTES POLÍTICOS

Sob a moderação do jornalista Pedro Neves, os porta-vozes dos diferentes grupos de trabalho expuseram, num primeiro momento, as conclusões dos respetivos temas abordados ao qual se seguiu um breve comentário dos representantes partidários.

Num segundo momento, estes mesmos representantes foram interpelados com um conjunto de questões que surgiram da discussão em cada grupo de trabalho, às quais procuraram responder. Apresentamos de seguida as principais conclusões do diálogo entre as pessoas que vivenciam ou vivenciaram situações de pobreza e/ou exclusão social e os representantes políticos.



GRUPO I

O Trabalho e a Vida: como percecionamos as situações de emprego/desemprego?

Relator: João Seabra (Delegação de Aveiro)

Conclusões:

- O trabalho significa segurança. Segurança financeira no cumprimento das obrigações, segurança pessoal, estabilidade; independência financeira em relação à família e participação ativa na sociedade.
- O trabalho é um direito. É fator de identidade, valorização e realização pessoal. É um contributo para a sociedade. Quando não se tem trabalho há uma parte da vida que se perde,

designadamente o sentir-se útil na sociedade e na própria família. A falta de trabalho significa a quebra de alguns laços na sociedade. O trabalho exige uma contrapartida financeira.

- Estar desempregado significa estar excluído. Existem representações negativas alimentadas pela comunicação social e pelos partidos políticos, de que os desempregados não “fazem nada”, não se esforçam e não querem trabalhar, são vistos como os parasitas da sociedade, que não produzem e que dependem do Estado. Esta exclusão tem um impacto a nível psicológico, autoestima e outras consequências a nível da saúde, para além de ser um fator de destabilização familiar.
- Não ter trabalho significa uma dificuldade acrescida na reinserção profissional, a falta de experiência profissional e a idade são um obstáculo, a partir de determinada idade é difícil arranjar-se trabalho; por outro lado, os mais jovens também não têm oportunidades.
- Vive-se hoje o drama da escassez do trabalho e a fragilização da proteção social no desemprego. Assiste-se ao aumento do número de pessoas e famílias desprotegidas e que não têm qualquer tipo de apoio. Estão a ser criadas medidas para os jovens mais qualificados, deixando para trás outros grupos mais vulneráveis em situação de pobreza e exclusão social, como por exemplo, as minorias étnicas, as pessoas com baixo nível de escolarização e os desempregados de longa duração, entre outros.

Questões:

1. Que medidas concretas são necessárias, na vossa opinião, para que o crescimento económico gere emprego?
2. Porque trabalhamos tantas horas e não produzimos o suficiente?

GRUPO II

O Trabalho e os Direitos/Deveres: que importância atribui ao ambiente de trabalho?

Relator: Luís Amado (Delegação de Bragança)

Conclusões:

- O trabalho digno é aquele que contempla um salário digno e que cumpre a legislação (o que muitas vezes não acontece) e que nos permite o acesso em condições de igualdade aos bens e serviços. Ao existir um salário digno, o trabalhador melhora o seu empenho e motivação.
- As desigualdades sociais e salariais são muito grandes, o que contribui para que não haja justiça e coesão social. Uma sociedade feliz é aquela que é justa. A crise contribui para a precarização das condições laborais.
- A opção de ter ou não ter trabalho faz com que as pessoas se sujeitem às condições impostas pelas entidades patronais e a crise atual potenciou essa situação. Para alterar a situação atual o

Estado deve apostar em políticas de fiscalização de forma a combater a corrupção e a exploração dos trabalhadores (fuga de impostos e exploração da mão-de-obra). Ao investir na fiscalização, o Estado arrecadaria contribuições fiscais e mais receitas para a Segurança Social. Uma pessoa que ganhe pouco nunca poderá ter acesso à saúde, nem à justiça e infelizmente, isto não é cidadania. A grande diferença de rendimentos cria injustiça social. A justiça salarial é justiça social.

Questões:

1. Porque não se investe mais na fiscalização dos contratos de trabalho, descontos e formação profissional?
2. Em que medida, face às desigualdades salariais e consequentemente sociais, se pode promover o exercício da cidadania?

GRUPO III

O Trabalho e a Proteção Social: o que nos protege da vulnerabilidade laboral?

Relator: Cármen Pamplona (Delegação do Porto)

Conclusões:

- Uma primeira constatação é que o salário mínimo nacional (485€) se aproxima muito do valor do limiar da pobreza (420€) e isso leva-nos a pensar até que ponto se vive dignamente com 485€ e até que ponto o trabalho pode ser considerado digno. Poderá uma pessoa ver as suas necessidades satisfeitas com tal quantia? Em Portugal 31% das pessoas que trabalham são pobres, o que quer dizer que o facto de trabalharem não as retira da pobreza.
- O aumento de impostos (quer diretos como indiretos) e falando concretamente do IRS, fará com que muito poucas pessoas fiquem isentas com os escalões previstos. Por ex.: uma pessoa que ganhe 500€ por mês, 6.000€ ao ano, paga um imposto de 14,5%, ou seja, se a sua situação já era grave com o ordenado que auferia, muito pior será depois de pagar esse imposto, criando uma situação altamente injusta. Relativamente aos impostos indiretos, refletem-se no nosso dia-a-dia nos transportes, bens e serviços, na luz, na água, no gás e não tem havido medidas que ajudem as pessoas a adquirir esses bens de primeira necessidade, uma vez que hoje em dia já ninguém vive sem isto. No caso das tarifas sociais lançadas pela EDP, elas são meramente ilusórias, já que são precisos alguns pré-requisitos que a maioria das pessoas não tem ou tem de prescindir de outras coisas para as ter. Por ex.: para ter uma tarifa social temos de ter um contador de potência baixa e uma pessoa com uma família alargada não pode, porque ou toma banho ou cozinha, não pode fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Com o aumento de impostos a que é que assistimos? Aumenta a economia informal, entra menos dinheiro nos cofres do Estado e isto também é importante.

- Constata-se ainda o corte brutal nos apoios sociais, cortes na educação e nos apoios escolares, assistindo-se ao abandono escolar no ensino superior, com menos bolsas e as pessoas não têm dinheiro para continuar com os seus estudos. Nas escolas registam-se já problemas com a alimentação. Para muitas crianças as refeições das escolas eram a única decente durante o dia. Os abonos de família também foram altamente penalizados, muita gente deixou de o ter, logo, é menos uma prestação social.
- Relativamente à saúde, quase todas as pessoas pagam taxas moderadoras. Uma pessoa que tenha um salário de 500€ por mês paga taxa moderadora, portanto, aqui também se coloca a questão dos escalões: pessoas que já ganham pouco têm de pagar taxas, por vezes sem meios para o fazer, sendo penalizadas com coima se não pagarem. Os medicamentos são um outro problema, já que há doentes crónicos que não têm dinheiro para pagar os medicamentos.
- Relativamente ao RSI, sabemos que foram implementadas novas regras e este ano assistiu-se a que - e gostaríamos de saber quais os motivos - de junho para julho 40.000 pessoas ficaram sem o RSI.
- Gostaríamos ainda de saber qual o impacto do Programa de Emergência Nacional – já passou um ano – e não temos nenhum relato deste programa e a implementação destas medidas.
- Um outro tema é a flexibilização dos despedimentos por inadequação do posto de trabalho. Isto tem muitas interpretações, mas até que ponto isto cria emprego ou mais desemprego?
- Relativamente à responsabilidade social dos grandes grupos económicos que compromisso é que eles têm? A banca tem sido apoiada com injeções de dinheiro e quais as contrapartidas que são devolvidas ao Estado, ou seja, a todos nós?

Questões:

1. As alterações introduzidas no novo Código de Trabalho teoricamente têm como finalidade flexibilizar o mercado de emprego, criando mais postos de trabalho. No entanto esta não será uma medida perversa que em vez de criar mais emprego, cria mais desemprego?
2. A alteração dos escalões de IRS vem fazer com que pessoas com baixos rendimentos, passem a ser muitíssimo tributadas, tendo em conta os baixos salários que auferem e que se aproximam quase do limiar da pobreza. Será isto, justiça social e fiscal? Um casal que tenha como rendimento 500€, em que só um trabalha, portanto com um rendimento per capita de 250€ vai ser taxado com 14,5%.

Conclusões:

- Há necessidade de promover formação profissional adequada ao contexto dos territórios, em vez de formações-padrão. Importa promover ações de formação que vão de encontro às necessidades do mercado de trabalho nos territórios.
- Fraca qualidade de algumas formações (necessidade de garantir estágios depois da formação e que nestes se cumpram regras, como por exemplo, não se alterarem funções durante o período de estágio).
- As empresas deveriam ser obrigadas a promover estágios e realizar formações profissionais com garantias de empregabilidade. Existem formações obrigatórias para pessoas desempregadas, em que os subsídios podem ser cortados e muitas não têm em consideração se as pessoas têm transporte, disponibilidade e condições de acesso, nem se têm filhos pequenos.
- Há dificuldades ao nível do empreendedorismo e barreiras na criação do próprio emprego: ex. há muitas pessoas que estão a receber o subsídio de desemprego e gostariam de criar o seu próprio emprego e encontram muitas barreiras.
- Possibilidades reduzidas de aceder ao microcrédito por parte das pessoas que mais precisam.
- Desarticulação entre entidades de apoio a esses empreendedores (centros de emprego, câmaras municipais e outras entidades) que poderiam ajudar as pessoas com fundo de desemprego a criar a sua própria empresa. Por sua vez, outra dificuldade é o próprio projeto, logo, seria necessário apoio técnico dado numa fase inicial. Ou seja, se querem ajudar as pessoas a criar o seu próprio negócio ajudem logo desde o início, desde a elaboração do projeto e no financiamento/capacidade financeira para o mesmo.

Questão:

1. Os Centros de Emprego convocam pessoas que estão desempregadas e perguntam se querem montar o seu próprio negócio. Porque é que não ajudam efetivamente as pessoas que estão interessadas em criar o seu próprio negócio?

Comentários e respostas dos representantes dos Partidos Políticos

Moisés Ferreira (BE) – Quanto mais desempregados houver, mais pressão existe sobre os empregados e mais facilmente se consegue baixar salários e direitos e mais facilmente conseguem vergar a força dos trabalhadores. Este é um objetivo fundamental que estamos a viver hoje em Portugal. As classes dirigentes e os partidos políticos muitas vezes têm um discurso contrário à realidade. As pessoas que estão a ser afetadas pela falta de trabalho, redução de subsídios e de apoios, são também alvo de uma narrativa que é uma mentira absoluta. Muitas vezes os desempregados são vistos como culpados de estarem no desemprego, que são eles que têm de fazer uma procura ativa de emprego, passando a responsabilidade do Estado e da Economia para as “costas” dos desempregados, que são a parte mais frágil da sociedade e portanto, levam eles com as culpas do sistema por este não estar a funcionar: “Não tens emprego? A culpa é tua, não fizeste um curriculum muito bonito e portanto não conseguiste arranjar um emprego, vais fazer procura ativa de emprego, a culpa é tua”.

Para promover crescimento em Portugal que é na verdade fundamental para a criação de emprego, não é por questões de haver mais ou menos formação, de haver mais ou menos empreendedorismo, que vai haver mais emprego, é a Economia que cria emprego. Economia cria emprego e as políticas devem dinamizar a economia para que esta crie empregos. Uma condição de princípio para garantir crescimento económico: romper com estes juros especulativos que nos são pedidos.

Há um ponto fundamental na situação que vivemos em Portugal: nós não podemos ter crescimento económico com o atual memorandum da troika, há que haver uma renegociação total deste memorandum. Primeiro: apurar o que é a dívida pública e o que é a dívida ilegítima, dívida de privados, da corrupção, do aproveitamento da banca, de juros especulativos. Temos que ver o que é que realmente devemos, porque naquele pacote está “metido tudo”, inclusivamente aquilo que nós não devemos, nós enquanto país, porque individualmente a maior parte de nós não deve nada. Segundo: é incomportável ter crescimento económico a pagar 38 mil milhões de juros à troika, por um empréstimo de 78 mil milhões, estes juros não permitem ter nenhum dinheiro para investir no crescimento económico, estes juros têm que ser renegociados ou então vamos cair na espiral onde estamos à beira de cair.

Para haver dinamização económica é preciso haver investimento público, um aumento do rendimento disponível nas famílias para haver dinamização económica.

Parece-me que teríamos capacidade de resposta e esta era uma proposta para a dívida, só pagar conforme o nosso crescimento económico e isto permitia-nos ter capacidade económica para investir na economia, para aumentar salários e pensões, que é isso que é fundamental para termos uma economia que funcione. Não há economia sem dinheiro, é tão simples quanto isto.

E porque é que trabalhamos tanto? E ganhamos tão pouco? Eu acho que está é uma falácia que nos querem impor, fazer-nos crer que a produtividade é o “trabalhar muito” e estão constantemente a dizer que somos “malandros” ou que somos “piegas” ou que trabalhamos pouco e que na Alemanha trabalham

muito, etc. Não se trata das horas que trabalhamos, mas o facto da maior parte do nosso tecido produtivo não estar atualizado e não ter tido investimento faz com que as várias horas que trabalhamos não produzam muito. O que é preciso é investimento na maquinaria, nas técnicas, na investigação.

A flexibilização do mercado de trabalho não garante outra coisa que não seja desemprego – parece um bocado esquizofrénico, o discurso – mas dizem: “*nós vamos flexibilizar os despedimentos para promover mais emprego no mercado de trabalho*”. Este discurso não tem lógica em lado nenhum, mas há quem ache que sim, dizem que o problema do mercado de trabalho é estarmos “*todos atados*” é “*muito burocrático*” é “*preciso liberalizar e flexibilizar*”, isto só serve a uns (flexibilização e liberalização do mercado de trabalho) – que são os que exploram, porque pagam menos, podem despedir sem pagar indemnizações...

Quanto às alterações nos escalões de IRS: não há justiça nas alterações, porque é tudo menos um sistema progressivo de fiscalidade. Nós devíamos ter – se houvesse solidariedade no pensamento deste governo – um sistema fiscal progressivo, em que os que ganham mais, pagam mais, para financiar o Estado Social, que possa cuidar dos mais frágeis da sociedade. É esse o modelo que o BE defende, não esse modelo que está em prática. Podem dizer que o 1º escalão é 14% e o último é 40% e tal, mas as auditorias mostram que comparativamente ao ano passado, as pessoas com menos rendimento pagam mais do dobro e as com mais rendimento pagam apenas uma pequena percentagem do que pagavam. E portanto, para 2013, os escalões de IRS em vez de garantirem progressividade fiscal, estão a impor uma regressividade fiscal, em que os que menos têm mais pagam.

Por último, quanto à ideia do empreendedorismo, que todos temos de ser empreendedores e cada um tem de criar o seu próprio emprego... bem, eu pergunto: com a economia em “frangalhos” como é que se cria empregos? Se não há dinamização da economia, como é que se cria empregos? E como é que podemos ser responsáveis pelo nosso próprio desemprego? A responsabilidade do desemprego é dos partidos que estão no poder e dos que têm estado, assim como das opções políticas que têm sido feitas. Empreendedorismo em Portugal é uma narrativa para culpabilizar as pessoas que caíram em situações de desemprego e passar a responsabilidade da criação de emprego da economia – que é coletiva – para o individual, “*agora é tu que deves arranjar o teu posto de trabalho*”. Mas não deixo de saudar as pessoas que têm a coragem e a força para tentar criar o seu posto de trabalho, mas continuo a achar que a criação de postos de trabalho deve ser resultado de um esforço e uma obrigação coletiva da economia e não uma “obrigação” individual dos cidadãos em Portugal.

Ilda Figueiredo (PCP) – A primeira condição para travar o agravamento da situação e para iniciar um caminho contrário de recuperação do país exige uma alteração política profunda, exige um governo patriótico e de esquerda, porque sem isso isto não é possível. De “*remendo em remendo as calças se vão rasgando cada vez mais*” e este é momento que estamos a viver e não podemos deixar que siga até ao fim, mas é o que vai acontecer se isto continuar, com “*remendos sucessivos, as calças rasgam-se e ficamos sem nada*”. Dizem: “*temos uma dívida e não há mercados*”.

A dívida verdadeira deve ser renegociada, para ter outros prazos, outras taxas de juro. E então esse dinheiro deve ser utilizado para três coisas essenciais: educação efetiva para todos e com qualidade; a

saúde é outra área onde é preciso apostar a sério, seja no funcionamento, seja nas condições de acesso à saúde por todos e o combate ao desemprego.

É necessário apoiar efetivamente as pequenas e médias empresas, que hoje tem de pagar taxas de juros elevadíssimas quando conseguem um crédito.

A prática está a demonstrar que o problema das pequenas e médias empresas, não são os salários que pagam, mas sim outros encargos: luz, água, juros à banca, energia, a burocracia que recai sobre elas, que não é igual ao do apoio que têm as grandes empresas, a banca e o setor financeiro. Digamos que sem resolver este “quadro” as outras questões não se resolvem. Pode haver um “remendo”, mas não se altera o processo de fundo e o remendo a qualquer altura “*rasga-se e lá vão as calças*”.

Eu creio que a luta que está aí e que se irá intensificar, vai obrigar à mudança que se impõe, pode demorar mais tempo, porque tem “as costas quentes na U.E.” porque se não tivesse, este governo já tinha caído, mas não sei se com a multiplicação das lutas noutros países a própria U.E. vai resistir muito tempo e com isto o sofrimento do povo – infelizmente – tende a agravar-se. Pela nossa parte podem contar connosco para continuar essa luta e com a denúncia frontal destas injustiças e na exigência dessa alternativa.

Álvaro Beleza (PS) – O mundo está a ficar, infelizmente, mais desigual. Portugal está a ficar mais desigual, a pobreza que estava num caminho de diminuição está a aumentar e portanto estamos num período de emergência em que todos precisamos de lutar por algo que já foi dito aqui, que é dignidade, ou a falta dela. E todos temos de lutar para que todos tenham uma vida digna. E quem tem responsabilidades políticas, tem que encarar a política como um serviço público. E cabe-nos aprender com os erros cometidos, ter essa modéstia e humildade, cumpre-nos estar mais perto da realidade e não “olhar o mundo de cima para baixo”, pois isto abrange todos.

A questão da crise e de como se resolve isto em termos de competitividade e de crescimento económico... há aqui 2 caminhos possíveis. A estratégia deste governo e da Sr^a Merkel é achar que o crescimento económico na Europa se resolve com salários baixos e portanto esta política fiscal injusta. A outra estratégia - a nossa - para o crescimento é apostar no conhecimento, na economia “verde” e não deixar que esta nova geração, que é a mais bem formada, mais capaz e que o ensino português criou... em vez de emigrar, ficarem cá e o país investir em empresas que possam exportar e produzir valor acrescentado e por outro lado, pensar que Portugal não é um país periférico, está no “centro” do Mundo.

A questão do código do trabalho tem que ver com isso, criaram-se aqui mecanismos para baixar os custos de trabalho e permitir mais facilmente os despedimentos.

A questão da cidadania: o problema central deste país tem que ver com isto, nós temos uma cultura de um estado demasiado centralizador, que produziu portugueses muito obedientes, muito acríticos e com pouca participação cívica e política, nós habituamo-nos a estar “*sempre a pedir*” ao Estado, ao 1º ministro, ao chefe, ao patrão... que resolva os nossos assuntos. (...) A questão aqui é o poder do povo, que pode parecer uma palavra vã e uma generalidade, mas não é... nós temos um sistema em Portugal que ainda é muito “*aristocrático*”, muito das elites que governam é uma “corte” política, económica, financeira e também da imprensa, que está em Lisboa e que está muito distante do “país real” e toda a gente quer “ser

chefe”, “doutor”... e há aqui questões também culturais. Quando eu vinha para cá pensava: “*a pobreza... não é só material, é também de espírito, de valores*” e também nós cometemos erros – não foram só os governos – as pessoas preocuparam-se só em “ter”, temos também um problema de “inveja”. Há muita coisa que é preciso mudar e temos que fazer um exercício de autocritica e de atitude.

Em relação às políticas e ao memorando, este vai ter que ser alterado profundamente no que respeita à reestruturação da dívida e Portugal para conseguir isso, tem que ser através duma estratégia ao nível dos países do Sul. Deveríamos ter-nos entendido com a Itália, a Espanha e a Grécia e ser solidários com os outros que estão na mesma situação, é “*preciso cercar a Alemanha no Conselho Europeu*” e não andar às suas ordens. Temos de levá-los a perceberem que isso tem de ser renegociado e fazer isto de uma maneira hábil, inteligente e politicamente adequada ...

Este governo falhou em muita coisa, mas o principal é não ter uma abordagem política nacional e europeia.

É preciso que ocorra uma mudança do sistema político para que as pessoas participem mais na vida política. Tem que se mudar também algumas regras no sistema político e dos partidos políticos, estes têm de se “abrir à sociedade”, as pessoas têm de participar mais na vida política. É preciso introduzir reformas no sistema eleitoral mantendo a proporcionalidade dos partidos e que os mais pequenos tenham expressão no parlamento – que as pessoas conheçam os seus deputados, principalmente dos grandes partidos. Tem que se introduzir um sistema de eleições primárias nos partidos. As pessoas têm de participar mais na vida política. Isto é muito importante porque estamos sempre à espera que venham os dirigentes resolver a nossa vida.

António Loureiro (CDS) – Se existe alguma política efetiva é a política das pessoas, é a ajuda e a solidariedade das pessoas e é a única política que tem funcionado neste país. Por isso a minha primeira homenagem vai para às pessoas que estão à frente das IPSS e destes organismos. Porque são elas que ajudam a solucionar os problemas do dia-a-dia de muitos milhares de pessoas.

Em termos de medidas para criar postos de trabalho: uma grande parte das empresas em Portugal são mal geridas e isto tem que ver com o tecido empresarial. Segunda questão relativa à produtividade eficiente: o caso da saúde, onde um trabalhador deveria ir diretamente a uma consulta e tem de perder um dia inteiro para ir primeiro ao centro de saúde, para ter uma carta do médico para pagar uma taxa mais baixa e depois vai para o hospital central. Isto é a falta de eficiência que o nosso país tem, andamos a tentar poupar e acabamos a gastar 3 ou 4 vezes mais do que se pretende com as medidas de austeridade. Em relação a criar valor e acrescentar valor nas empresas: temos boas universidades, bons engenheiros, bons trabalhadores, mas o que se passa é que produzimos para um conjunto de multinacionais determinado tipo de equipamentos e os que vão lá pôr a “etiqueta” faturaram 3 ou 4 vezes mais. Temos de saber criar “marca” e saber vender os nossos produtos e nós não temos feito isso, não sabemos “vender” o que fazemos bem. Nos últimos anos tanto no setor do vinho e do azeite o país deu saltos qualitativos, hoje já há um conjunto de setores onde mostramos que somos líderes e somos capazes.

Em relação ao código laboral: há aqui um problema do país. Todos apostamos em ter casa própria e devíamos ter apostado numa política de arrendamento. Era mais fácil as pessoas mudarem de cidade, não apostamos numa rede de transportes, cada um tem carro e vamos todos de carro para o trabalho e este

tipo de atitude não é suportável. Vemos muitas vezes em pequenos meios, duas empresas ou entidades a fazerem o mesmo serviço, andamos a gastar recursos a mais.

Em termos de justiça social e relativamente aos escalões do IRS, eu defendia que houvesse uma maior distribuição dos escalões. Isto é um “saque” a quem trabalha, isto é um sacrifício enorme que se está a pedir às famílias. Há aqui um problema de fundo (colocado pelo BE) que disse que os juros que pagamos são superiores ao do ministério da saúde e eu acrescento ao da educação (que é o mais caro), concordo plenamente que mais tarde ou mais cedo vamos ter de negociar. Todos nós temos responsabilidades e devemos defender os nossos direitos e vocês (melhor que ninguém) devem-se fazer ouvir.

3. CONCLUSÕES FINAIS

Segundo a Diretora Executiva da EAPN Portugal o trabalho efetuado neste fórum e particularmente neste painel, não termina aqui, pois estamos perante grandes desafios que nos responsabilizam a todos, não apenas aos partidos políticos e às organizações sociais, mas todos nós temos uma responsabilidade individual e coletiva na erradicação da pobreza.

Para os participantes das várias localidades do país, este painel assumiu uma importância significativa nos trabalhos desenvolvidos ao longo dos dois dias (16 e 17 de Outubro), visto que tiveram a possibilidade de transmitir as suas perceções, angústias, dificuldades e sobretudo, as suas preocupações relativamente ao futuro. Tiveram, igualmente, oportunidade de questionar os representantes dos partidos políticos sobre as medidas que estão a ser implementadas, apresentando casos concretos de famílias que apresentam situações de endividamento, de inacessibilidade aos principais bens e serviços, ao aparecimento e aumento de doenças psicológicas, entre outros. Situações que colocam algumas famílias num processo de luta constante e permanente pela sua própria sobrevivência e pela sua própria dignidade humana.

Os partidos políticos, por sua vez, ouviram na primeira voz testemunhos de pessoas que vivenciam diariamente situações de pobreza e/ou exclusão social e que são as mais afetadas pelas medidas de austeridade, fundamentalmente, pelo flagelo do desemprego. Apresentaram, igualmente, as posições que os seus partidos defendem e concordaram com o retrato do país efetuado pelos participantes, um país cada vez mais pobre e mais desigual onde a injustiça impera.

Para a EAPN Portugal, foi mais “um passo em frente” ao nível da participação e envolvimento ativo das pessoas em situação de pobreza e de exclusão social nos seus próprios processos de inclusão e no diálogo com os principais decisores políticos. Importa ainda referir que este painel constituiu um momento importante para o trabalho que a organização desenvolve ao nível do lobby político, demonstrando que a participação das pessoas mais vulneráveis é possível e que têm contributos válidos para a luta contra a pobreza e a exclusão social. Tal como disse Sérgio Aires – Presidente da EAPN Europa (na sessão de encerramento) *“já não se trata apenas de lutar pelos mais desfavorecidos e por uma minoria, mas sim pela salvaguarda, no limite dos limites, da democracia”*.

Outubro 2012